

INFÂNCIAS, TEMPOS E ESPAÇOS: um diálogo com Manuel Jacinto Sarmiento

Ana Cristina Coll Delgado

Fundação Universidade do Rio Grande
Rio Grande, Brasil

Fernanda Muller

Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal do RS
Porto Alegre, Brasil

Resumo

Esta entrevista aborda temas relacionados à infância, tempos, espaços e educação infantil. Mostra a importância e aspectos significativos no desenvolvimento de uma Sociologia da Infância e suas implicações para o campo educacional e para a pesquisa nesta área, tanto na Europa quanto no Brasil.

Abstract

This interview deals with issues such as childhood, times, spaces and early childhood education. It shows how relevant this field is and presents crucial aspects to the development of a Sociology of Childhood and its implications for the educational field and the research on this area, both in Europe and in Brazil.

Manuel Jacinto Sarmiento é professor titular do Instituto de Estudos da Criança (IEC), da Universidade do Minho, Portugal, e atualmente coordena um Programa de Pós-Graduação pioneiro internacionalmente: o Mestrado em Sociologia da Infância. Pesquisador há mais de uma década sobre temas como infância, culturas da infância, protagonismo, alteridade infantil e formação de professores, Manuel Sarmiento têm sido um interlocutor fundamental entre os pesquisadores brasileiros e europeus. Orienta dissertações e teses sobre as questões contemporâneas da infância, atua em grupos de pesquisa na Europa e no Brasil, participa de eventos acadêmicos, como também vem publicando extensivamente em periódicos de língua portuguesa. A entrevista que segue, motivada por publicações¹ de Manuel Jacinto Sarmiento, foi realizada por e-mail em janeiro de 2006, com Ana Cristina Coll Delgado e Fernanda Müller.

Entrevistadoras: *Em primeiro lugar, gostaríamos de saber um pouco sobre a sua trajetória acadêmica e como esta influenciou a aproximação com pesquisas com/sobre as crianças e infâncias.*

Manuel Jacinto Sarmiento: Trabalho actualmente no mesmo edifício (o antigo convento dos Congregados, onde está sediado o Instituto de Estudos da Criança, IEC, em Braga), onde fiz a minha escola primária, nas antigas escolas anexas do Magistério de Braga; o meu anterior gabinete era a biblioteca infantil que frequentei entre os meus 6 e dez anos de idade. De algum modo, nunca deixei de estar no mesmo sítio...

Quis fazer uma licenciatura em Antropologia, numa altura em que o regime fascista de Salazar proibira as ciências sociais na Universidade portuguesa. Optei então pelos Estudos Portugueses, e por uma área de conhecimentos que funde a literatura com a história e os estudos culturais. Como professor, estive ligado à formação integrada dos novos professores (acompanhamento e supervisão dos novos docentes na sua prática orientada nas escolas) entrei na Universidade do Minho na sequência dessas tarefas e integrei o corpo docente do que viria a ser mais tarde o IEC, só que, desta feita, direccionado, por razões institucionais, para a formação de educadoras de infância (professoras de crianças dos 0 aos 6 anos) e professores(as) do Ensino básico (crianças dos 10 aos 12 anos).

O meu trajecto académico acompanhou este percurso: comecei por estudar os professores no meu Mestrado em Educação (administração escolar) fiz o doutoramento em Estudos da Criança sobre as escolas, (e o estudo das lógicas de acção dos estabelecimentos de ensino decorreu das questões abertas pelo estudo das culturas dos professores), para agora, desde há dez anos, estudar as crianças (o que tinha emergido como questão verdadeiramente central a estudar na tese de doutoramento)². Mas sempre com um eixo vertebrador: o domínio do simbólico, os processos de expressão do poder simbólico e as dinâmicas interactivas – inicialmente no domínio dos profissionais da educação, depois nas relações intergeracionais professor-aluno, agora numa perspectiva centrada na geração infantil – nos contextos sociais e educacionais de existência. O meu trajecto académico é,

de certo modo, um regresso à infância...

Entrevistadoras: *Como você se aproximou, e quando, da abordagem da sociologia da infância?*

Manuel Jacinto Sarmiento: A Sociologia da Infância em Portugal nasceu, de algum modo, da confluência dos estudos educacionais, com estudos sociológicos no âmbito da família e das ciências da comunicação. Tive o gosto de ser interlocutor privilegiado dos principais cientistas sociais portugueses que se interessaram pelos estudos sociológicos da infância. Estes sofreram uma profunda renovação no início da década passada por efeito de um Projecto que Manuel Pinto – cuja tese, *A Televisão no Quotidiano da Criança*, é o primeiro trabalho que faz uma vasta utilização da nova Sociologia da Infância em Portugal – e eu criamos no IEC: o PIIP (Projecto de Investigação da Infância em Portugal). Participamos ambos, também, em meados da década, num colóquio restrito (com apenas 50 pesquisadores) que se realizou na cidade dinamarquesa de Esbjerg, de Sociologia da Infância, organizado por Jans Qvortrup e que reuniu, de facto, todos os principais sociólogos da infância do mundo que comunicam em língua inglesa (não estiveram, portanto, os francófonos, cujo núcleo inicial nasceu, por iniciativa de Regine Sirota, no Congresso do Quebeque da AISLEF, em Julho de 2000, onde também pude estar).

A abertura de perspectivas que essa reunião propiciou, confluuiu com a questão aberta no final da minha tese de doutoramento que tinha acabado de concluir: como construir uma escola, na era da justificação múltipla e de desencontrados princípios legitimadores, assenta numa visão crítica de promoção dos direitos da criança? Esta questão era enunciada, prioritariamente, a partir do campo teórico da Sociologia da Educação. Mas a Sociologia da Educação não estava em condições satisfatórias de lhe responder: estudar a infância a partir do seu próprio campo, e portanto, a criança antes do aluno e a interacção social inter e intrageracional antes da instituição, constitui um trajecto científico que a Sociologia da Infância propõe. Evidentemente, este *antes* não é cronológico; significa uma anterioridade ontológica: o aluno é institucionalmente investido sobre um ser social concreto, a criança, cuja natureza biopsicosocial é incomensuravelmente mais complexa do que o estatuto que adquire quando entra na escola.

Os meus trabalhos ancoraram-se neste campo teórico desde então.

Entrevistadoras: *O tema deste dossiê, que reúne artigos de autores brasileiros e portugueses, é tempos e espaços das infâncias. Como você percebe tal problemática na atualidade?*

Manuel Jacinto Sarmiento: O lugar da infância na contemporaneidade é um lugar em mudança. A modernidade estabeleceu uma norma da infância, em larga medida definida pela negatividade constituinte: a criança não trabalha, não tem acesso directo ao mercado, não se casa, não vota nem é eleita, não toma decisões relevantes, não é punível por crimes

(é inimputável). Essa norma assenta num conjunto estruturado de instituições, regras e prescrições que se encarregam da “educação” da criança, especialmente a escola e a família.

As rupturas introduzidas pela 2ª modernidade, configuradora da sociedade de risco – expressões estas, como sabem, devedoras em boa medida ao sociólogo alemão Ulrich Beck, que tem vindo a fazer uma análise muito profunda e rigorosa das mudanças em curso – têm vindo a alterar profundamente a condição social da infância. Um importante relatório de 2005 da UNICEF intitula-se “Uma Geração sobre Ameaça”. O Relatório refere-se expressamente às consequências que a globalização hegemónica tem trazido às crianças de todo o mundo – são elas as principais vítimas da pobreza (pode dizer-se que uma em cada duas crianças no mundo é pobre e que um em cada dois pobres é uma criança), da doença, especialmente de pandemias como a SIDA, dos conflitos bélicos regionais, da insegurança urbana, das rupturas financeiras globais (especialmente nos países vítimas da armadilha da dívida externa) ou dos sistemas de segurança social, das mudanças ambientais, com as consequentes doenças alérgicas, etc. A ameaça é geral, mas é certamente mais forte nos países mais pobres (sendo trágica em alguns países da África subsariana), ou nas regiões ou grupos populacionais mais pobres dos países ricos. Numa palavra, a ameaça sobre a infância está profundamente articulada com as desigualdades sociais.

Mas, de facto, esta ameaça põe em causa a concepção e a norma de infância que a modernidade instituiu. O declínio do programa institucional – e agora refiro-me ao sociólogo francês François Dubet – exprime-se na turbulência que atravessa instituições como a escola e a família, com consequentes expressões na ruptura do processo de socialização. A colonização dos mundos de vida infantis pela indústria cultural e pelos *media* arrasta consigo, por seu turno, a emergência de comportamentos consumistas, individualistas, hipercompetitivos e a erotização infantil (melhor dizendo, a transfiguração do erotismo infantil pela dominação do erotismo adulto hegemónico).

Alguns autores vêem nesta mudança geracional o fim da infância. Esta tese, em geral, é conservadora e reaccionária e invoca os “bons velhos tempos” de um passado cheio de referências e valores ancestrais, que, em boa verdade, nunca existiu, pelo menos como o pintam.

Penso, pelo contrário, que o que está em causa é a “norma” moderna da infância, não é a categoria geracional, que está a desaparecer. As crianças permanecem aí e é incorrecto escamotear a sua diferença. Pelo contrário, essa diferença é tanto mais susceptível de se tornar visível, quanto mais radicalmente pudermos afirmar os direitos da criança (e a sua afirmação contemporânea é, paradoxalmente, um outro indicador, este de sinal oposto, da mudança do estatuto e da condição social da infância contemporânea). A participação infantil na vida colectiva, por formas próprias, permitirá certamente favorecer um sentido outro das mudanças sociais em curso e transformar a *ameaça* numa possibilidade de emancipação.

Entrevistadoras: *Com certeza a discussão sobre os tempos e espaços-lugares das infâncias é um desafio e você tem nos ajudado, a partir de várias publicações, a pensar e discutir. Em um texto de 2003 você já problematizava essa questão, quando recorreu ao Homi Bhabha – que defende que o lugar e o tempo da infância é um entre-lugar e um entre-tempo – para afirmar que a infância é "O espaço intersticial entre dois modos – o que é consignado pelos adultos e o que é reinventado nos mundos de vida das crianças – e entre dois tempos – o passado e o futuro. É um lugar, um entre-lugar, socialmente construído, mas existencialmente renovado pela acção colectiva das crianças. Mas um lugar, um entre-lugar, pré-disposto nas suas possibilidades e constrangimentos pela História. É, por isso, um lugar na História". Embora entendendo esta brilhante afirmação, gostaríamos que você comentasse um pouco mais, pois para o leitor que não é da área, pode ter uma conotação de um retorno à noção de infância como "fase preparatória para o futuro".*

Manuel Jacinto Sarmiento: A afirmação de Bhabha insere-se no âmbito dos estudos pós-coloniais e remete para a impossibilidade de se pensar de um modo essencialista as identidades culturais. Na verdade, é de um processo de identificação e reidentificação que se trata, sempre que nos reportamos à afirmação de valores, normas de comportamento, ideias ou crenças que sustentam a diferença de um indivíduo ou de uma comunidade. O processo de hibridação que aqui está em causa, chama-nos a atenção para a impossibilidade dos discursos redutores com que frequentemente referimos realidades marcadas pela complexidade e a miscigenação (por isso é erróneo falar de uma “cultura ocidental” ou de “guerra de civilizações” ou mesmo de “modernidade” – há várias modernidades, como mostrou o sociólogo israelita Einsenstad).

Recupero essa ideia do “entre-lugar” para considerar o espaço-tempo da infância numa dupla perspectiva.

Por um lado, a criança vive o processo de transição inerente ao seu trajecto de desenvolvimento (isso não se nega, o que se recusa é que este seja um processo linear, padronizado em estágios e teleológico), sendo o seu lugar esse ponto de intercepção entre o que é a veiculação das culturas adultas, elas próprias compósitas e híbridas, e as culturas infantis, afirmadas pela interacção de pares e pelo processo de “socialização horizontal”, isto é de pertença social aos colectivos infantis, com as suas linguagens, códigos, protocolos, lógicas, artefactos, etc. A ideia da criança reduzida à “alteridade radical” do seu estatuto ontológico, como diz Larrosa, é uma bela ideia filosófica, mas sem pertinência sociológica. A criança “vive” no entre-lugar da radicalidade de uma infância incontaminada e de uma adulez precocemente induzida.

Por outro lado, cada criança vive no interior de um sistema simbólico que administra o seu espaço social. Quer dizer, quando nasce a criança vai entrar num mundo em que lhe é permitido fazer certas coisas e outras lhe são interdidas, onde é conduzida a comportar-se e a pensar de determinados modos e onde outros modos de pensar ou de se comportar são reprimidos. Só que, ao crescer, esses modos de administração simbólica do seu comportamento vão mudar, por vezes milimetricamente, por vezes de maneira abrupta, e portanto a criança está também no “entre-lugar” de uma condição geracional em transformação, combinando em cada momento concreto um passado e um futuro que se

fundem, por vezes de forma caótica e através de impulsos contraditórios. Um exemplo: a criança hoje é chamada a dirimir o conflito potencial entre a comunicação digital, com os seus códigos e canais próprios (os chats e a sua linguagem, os MSN, etc.), no qual é em geral especialmente competente, e a forma da cultura escolar, com os seus tempos e modos de articulação que foram sedimentados pela história da instituição escolar.

Não há, por consequência, lugar para falar da criança em preparação para o futuro: é antes um lugar de fusão de tempos – um entre-lugar, portanto.

Entrevistadoras: *Você tem vindo frequentemente ao nosso país e trabalhado com grupos de pesquisadores brasileiros. Tem divulgado a produção europeia da sociologia da infância, assim como tem divulgado no IEC as nossas produções. Qual a sua opinião sobre o desenvolvimento desta área na Europa e no Brasil na atualidade? Quais seriam as perspectivas no Brasil deste campo de pesquisa?*

Manuel Jacinto Sarmiento: A Sociologia da Infância é das mais prometedoras áreas de desenvolvimento da Sociologia no mundo: o próximo Congresso mundial de Sociologia, a realizar em Durban na África do Sul, tem doze mesas (duas das quais dirigidas por pesquisadoras brasileiras)³ de Sociologia da Infância e todas estão cheias; a associação francófona de sociologia (AISLEF) aprovou em Roma, em Novembro passado a constituição do Comité de Pesquisa em Sociologia da Infância (nível organizacional máximo de encontro de uma área sociológica) e os pesquisadores francófonos todos os anos se reúnem em encontros restritos com a presença de largas dezenas de participantes com comunicações amplamente discutidas. Em Portugal estamos com doutoramentos em várias Universidades (Minho, Porto, ISCTE, Lisboa), a um ritmo de dois novos doutoramentos na área por semestre (o que é considerável, atendendo à dimensão do país e à novidade da área científica) e já com dezenas de dissertações de Mestrado apresentadas. Creio que esta é uma fase ascendente.

Mas mais importante do que tudo isso, é o debate teórico em curso. Julgo que a Sociologia da Infância vem inovando no domínio das metodologias de pesquisa sobre/de/com as crianças, há uma ampliação das perspectivas sobre políticas sociais para a infância, influência da indústria cultural, análise das culturas de pares, participação política e institucional das crianças e isto é novo.

Julgo também, de acordo com Alan Prout, que a Sociologia da infância só poderá desenvolver-se se for capaz de articular o seu programa com a renovação da própria sociologia em geral, com recusa das concepções dogmáticas e fechadas e com abertura à complexidade e à análise não dicotómica das relações entre a infância como categoria geral e as crianças como actores sociais, as dimensões estruturais e as dimensões culturais. Também penso que a inscrição do diálogo interdisciplinar no interior da Sociologia da Infância e a sua abertura para o campo emergente dos Estudos da Infância estão na ordem do dia.

A sociologia da infância brasileira vive, julgo, um processo de desenvolvimento

similar; interessante é verificar a recuperação para a nova sociologia da infância de uma rica tradição sociológica e antropológica de estudo da infância no Brasil. A interdisciplinaridade está no coração da Sociologia da Infância brasileira, bem como a sua vinculação com um proposta consistente de emancipação das crianças de meios populares (aspecto este notoriamente menos patente na Sociologia da Infância europeia). Para mim, por tudo isso, é pouco compreensível o reduzido diálogo no Brasil entre os sociólogos da infância que trabalham no campo educativo e os que trabalham noutras áreas sociais (nomeadamente na intervenção social, nos *media* ou no trabalho). Ou será que estou enganado?

Entrevistadoras: *Com a interlocução com pesquisadores/as brasileiros, certamente você tem observado que a educação das crianças em nosso país é algo problemático, principalmente entre as menores. Como a sociologia da infância poderia contribuir com este campo em nosso país?*

Manuel Jacinto Sarmento: A sociologia da infância tem dado a meu ver alguns contributos muito importantes para a compreensão e inteligibilidade da educação no Brasil. Ao chamar a atenção para a *criança que vive em cada aluno* e ao analisar os efeitos geracionais das políticas públicas, introduz uma perspectiva nova sobre a realidade educacional, que não anula nem se sobrepõe às restantes – centradas no processo de aprendizagem, na análise sociológica das políticas públicas, na formação de professores, nos processos de ensino, na dinâmica cultural, etc. – mas permite enunciar novos sentidos para a acção educativa, especialmente num contexto de expansão e crise da educação, como é caracteristicamente o processo contemporâneo. A análise do que as crianças realmente fazem na escola – e que, obviamente, não se limita a estar na aula e aprender –, as formas populares de educação e as relações intergeracionais em meio popular, as culturas infantis, os sentidos da participação das crianças, os nefastos efeitos geracionais do sistema dual educativo brasileiro (público para os pobres, privado para as classes médias e altas), tudo isto são pontos que configuram um programa investigativo da sociologia da infância efectivamente empenhado na escolarização das crianças, mas consciente de que esse programa só é emancipador se estiver veiculado à ampliação dos direitos sociais e, nomeadamente, dos direitos das crianças.

Entrevistadoras: *Nas suas publicações você tem desenvolvido alguns temas importantes, tais como, as culturas da infância, as crianças como atores sociais, a participação das crianças nas pesquisas. Entretanto, para algumas pessoas ainda é um pouco problemática a ideia de que podemos priorizar o ponto de vista das crianças nas pesquisas e elas dizem, por exemplo, que nós adultos pesquisadores é que iremos escrever um texto que será sempre uma visão de um adulto, ou algumas confundem a participação das crianças, ou dar voz as crianças, com as pedagogias não-diretivas. Em Portugal e no resto da Europa você tem*

ouvido estas e outras críticas? Como você percebe estas questões?

Manuel Jacinto Sarmiento: Há várias questões na pergunta.

Primeira – numa ordem aleatória – esse debate é especificamente universal ou tipicamente brasileiro? Bom, é universal: ainda há meses fizemos um debate sobre cidadania da infância no IEC em que um participante, filósofo, expressou o seu espanto, num artigo que publicou depois num jornal, afirmando qualquer coisa assim: “Há dias estive num colóquio em que uma plateia constituída predominantemente por educadores(as) achou o maior escândalo quando eu defendi uma ideia que qualquer um dos meus leitores achará elementar: o paternalismo é necessário.” (cito de memória). Claro que há muita gente que se não escandaliza ao considerar o paternalismo como necessário, e nem sequer é preciso ser conservador como o filósofo...

Segunda: a questão epistemológica. Como inscrever na pesquisa o ponto de vista e poder do outro, sobretudo se o outro não tem voz? O outro é o negro, o apátrida, o pobre, o analfabeto, o estrangeiro, o migrante, o índio, a criança. Não é possível inscrever a voz do outro na pesquisa? Toda a pesquisa é dominação? O poder não se pode inverter contra o dominador, o silenciador, o usurpador, o “medidor de crianças” como gosto de citar do poema de Maria Velho da Costa?. Acreditamos que sim, aliás, há muito, que muitos de nós – antropólogos, sociólogos, pedagogos, acreditamos que sim, e por isso continuamos a fazer pesquisa. Mas há evidentemente a questão metodológica, aquela que permite que a técnica de investigação seja um espaço democrático, participativo, dialógico e de co-construção do conhecimento, mesmo admitindo que o investigador adulto é quem tem o último poder, o poder textual. Mas esse pode (deve) ser não um poder que oprima ou oculta, mas um poder que clarifica e liberta. Esta questão metodológica é um tema para a revista inteira...

Finalmente, a questão pedagógica: a participação não é uma pedagogia, é um direito. Como direito exprime-se contra a alienação das condições de produção do trabalho pedagógico ou contra o “ofício do aluno”, para lembrar uma expressão trabalhada e desconstruída por vários sociólogos da infância. A participação implica mudanças na organização política da escola, na dinâmica interactiva, na relação entre professor e aluno, nos processos de comunicação cultural. Mas fá-lo na escola, essa instituição secular continuamente investida da missão de renovar a tradição democrática e igualitária que a instituiu como escola pública. A participação infantil na organização pedagógica da escola é um caminho incontornável dessa renovação, como as escolas democráticas (algumas das quais tenho estudado em Portugal) podem claramente ilustrar.

Entrevistadoras: *No Brasil, atualmente tem crescido a produção acadêmica sobre infâncias, e isto tem acontecido em diversas áreas do conhecimento. Mas nós que trabalhamos e pesquisamos no campo, algumas vezes sentimos que existe certo preconceito (ainda que velado/oculto) com este campo predominantemente ocupado por mulheres. Temos lido autoras como Leena Alanen que enfatizam, por exemplo, que as crianças foram*

marginalizadas nas ciências sociais como as mulheres, e ela apresenta uma analogia entre a emergência dos estudos feministas e os estudos da infância. E o que sentimos, não é algo desprovido de experiência, muito pelo contrário. Conhecendo a sua sensibilidade com o tema gostaríamos de entender melhor o seu posicionamento sobre esta questão.

Manuel Jacinto Sarmiento: Francamente não sou da opinião de que haja uma ciência masculina e uma ciência feminina. Mas é certo que, sobretudo nos países do Norte da Europa e na Inglaterra, a Sociologia da Infância se desenvolveu, em parte, na sequência da ampliação dos estudos feministas, que valorizaram a análise da condição de opressão social das crianças por extensão ou semelhança com a condição feminina. Essa análise é crucial. Mas há diferenças na condição social da mulher e na infância e é por isso que os estudos feministas alimentam mas não podem cobrir a totalidade do campo da infância. Sobretudo acho que uma sensibilidade que alguns gostam de chamar feminina, expressa na poeticidade da linguagem, na minúcia analítica e na valorização do detalhe, do fragmento, do inconcluso, na evocação das emoções como componente indeclinável da acção individual e colectiva, faz todo o sentido no trabalho analítico da Sociologia da Infância. Mas não faz todo o sentido em toda a produção simbólica dos seres humanos?

Notas

¹ Nota das entrevistadoras. Eis algumas das referências que poderiam ser indicadas.

SARMENTO, M.; PINTO, M. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In PINTO, M.; SARMENTO, M. (coord.) **As Crianças: Contextos e Identidades**. Braga. Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho, 1997.

SARMENTO, M. O Ofício de Criança. **Actas do II do Congresso Internacional 'Os mundos sociais e culturais da infância'**. Braga, Universidade do Minho, 2000.

SARMENTO, M. J. Administração da Infância e da Educação: as lógicas (políticas) de acção na era da justificação múltipla. **Anais do II Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação**. Braga, Portugal: Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho, 2001 (texto digitado).

SARMENTO, M. J. **Educação e Políticas de exclusão: a negação dos direitos de infância**. Porto Alegre: Fórum Mundial de Educação, 2001. (texto digitado).

SARMENTO, M. J. A globalização e a Infância: impactos na condição social e na escolaridade. In: GARCIA, R. L. (org.) **Em defesa da Educação Infantil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SARMENTO, M.; BANDEIRA, A.; DORES, R. Trabalho e Lazer no quotidiano das crianças exploradas. In: GARCIA, R. L. G. (org.) **Crianças essas conhecidas tão desconhecidas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SARMENTO, M. J. As Culturas da Infância nas Encruzilhadas da Segunda Modernidade. In: SARMENTO, M. J.; CERISARA, A. B. **Crianças e Miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação**. Porto, Portugal: Asa Editores, 2004.

SARMENTO, M. J. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. In: **Dossiê Sociologia da Infância: Pesquisas com Crianças**. Educação e Sociedade. Campinas. v. 26, n.91, Maio/Ago. 2005.

² Nota das entrevistadoras: A referida tese foi publicada em 2000: Sarmiento, M. J. **Lógicas de Acção nas Escolas**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 2000.

³ Nota das entrevistadoras: A mesa 6 – *Cities, institutional contexts and children's social and political participation* – estará sendo coordenada pela Prof Lucia Rabello de Castro (UFRJ), enquanto a Prof Ethel Kosminsky (Universidade Júlio de Mesquita Filho) coordenará a mesa *Childhood and child labour*.

Correspondência

Manuel Jacinto Sarmiento, Professor do Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho, Braga, Portugal.

E-mail: sarmiento@iec.uminho.pt

Ana Cristina Coll Delgado, Professora da Fundação Universidade do Rio Grande, Brasil.

E-mail: anacoll@uol.com.br

Fernanda Müller, Doutoranda – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.

E-mail fernanda.muller@gmail.com

Entrevista publicada em [*Currículo sem Fronteiras*](#) com autorização do autor.
